



CÁRITAS DA TERCEIRA
**Estar
na linha
da frente
sempre
que é preciso**

página 4



LAR DE SÃO BRÁS
**Casas
do idoso
para
prolongar
a autonomia**

página 5



GRATER – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 29 . junho/2020 • grater@grater.pt • www.grater.pt • www.facebook.com/grater.pt • distribuição gratuita

ESTE SUPLEMENTO INTEGRA O JORNAL DIÁRIO INSULAR E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



PRORURAL+

Governo dos Açores

PORTUGAL
2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa investe nos territórios rurais

PANDEMIA TAMBÉM AFETA VIDA RURAL

página 6

Grupos de Ação Local
preocupados com
impactos da COVID-19
nos territórios rurais



FÁTIMA AMORIM
Presidente do Conselho de
Administração da GRATER

EDITORIAL

Uma PAC forte para responder ao futuro

A Comissão Europeia publicou no passado mês de maio duas iniciativas que fazem parte integrante do “Pacto Ecológico Europeu”, a “Estratégia do Prado ao Prato” e a “Estratégia da Biodiversidade”.

Segundo a Comissão Europeia “A crise da COVID-19 demonstrou como o aumento da perda de biodiversidade nos torna vulneráveis e como um bom funcionamento do sistema alimentar é importante para a sociedade.”

As estratégias publicadas pretendem ser um contributo na luta contra as alterações climáticas, na preservação da biodiversidade, na proteção do ambiente, para assegurar um sistema alimentar saudável e a preços acessíveis, na redução do desperdício alimentar e no incremento de modos de produção sustentáveis. A “Estratégia do Prado ao Prato”, estabelece objetivos ambiciosos no sentido de transformar o sistema alimentar na União Europeia, nomeadamente de reduzir em 50 % a utilização de pesticidas químicos e em 50 % a utilização dos pesticidas mais perigosos até 2030; aumentar a área de agricultura biológica, para que se atinja 25 % das terras agrícolas até 2030; reduzir o uso de fertilizantes em pelo menos 20%; reduzir em 50 % as vendas de agentes antimicrobianos/antibióticos para animais até 2030; melhorar a rotulagem para uma melhor informação ao consumidor e permitir que todas as zonas rurais tenham acesso a banda larga rápida até 2025, a fim de permitir a inovação digital.

Para a concretização destes objetivos o agricultor tem um papel fundamental, sendo necessário uma reposta forte e reforçada da Política Agrícola Comum (PAC).

A futura PAC é um instrumento essencial, na concretização dos objetivos traçados nas duas estratégias, no sentido de apoiar a transição para sistemas alimentares e modos de produção sustentáveis, assegurando ao mesmo tempo um rendimento digno aos agricultores.

No momento que atravessamos de pandemia, foi reconhecida a importância do setor agrícola, setor que continuou a trabalhar para que os alimentos chegassem à mesa dos consumidores. É um setor que enfrenta novos desafios, nomeadamente os relativos à segurança alimentar, à qualidade dos produtos, aos novos hábitos alimentares dos consumidores, a atenuação das alterações climáticas, à comercialização, etc. É necessário termos um setor a produzir de forma sustentável, com capacidade para alimentar em segurança uma população em crescimento e com grandes preocupações ambientais, sendo necessário o financiamento adequado no âmbito da PAC. Neste sentido é importante uma resposta ambiciosa dos Estados Membros relativamente ao futuro Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, no momento em que são colocados novos desafios ao setor agrícola e que se encontram expressos nestas duas estratégias. É essencial que os Estados Membros e os seus líderes reconheçam a importância de termos uma PAC forte e reforçada para continuarmos a ter alimentos e uma alimentação segura, nutritiva e de elevada qualidade, com o mínimo de impacto em termos ambientais.

CURIOSIDADES do mundo rural



Até para o ano, Espírito Santo

Se estes fossem tempos normais, em maio ouvir-se-iam os primeiros foguetes do verão. Talvez um pouco antes: desde o primeiro domingo de Páscoa até à Trindade, todas as ilhas do arquipélago unem-se na devoção ao Espírito Santo e os foguetes são uma parte importante das maiores festas religiosas dos Açores.

São mais de cem os impérios que, em todo o arquipélago, saem à rua com as coroações, os bodos e as funções. Rezam-se os terços nos altares preparados com empenho, os imperadores e os mordomos põem mesas, distribuem pão, vinho e carne, envergam coroas e bandeiras. É um culto secular, imbuído de partilha e de solidariedade, tão importante que marca o dia da Região. Segunda-feira do Espírito Santo é, também, segunda-feira dos Açores.

Só que este ano a festa não se concretizou – também o Espírito Santo foi adiado. A pandemia suspendeu todas as celebrações ou, pelo menos, obrigou a que se encontrassem outras formas de festejar. No arquipélago, não se vai à igreja coroar, mas distribui-se o bodo porta a porta. Tenta-se, a todo o custo, manter a partilha que caracteriza o culto, com as obrigações e cuidados impostos pelo surto.

Não foram as únicas festas proteladas. Para já, sabemos que também as Sanjoaninas não se realizam este ano. Há 40 anos, desde o sismo de 1980, que isso não acontecia. Na Praia da



Vitória, as festas adaptam-se a um novo modelo, com concertos online de artistas locais, e na Graciosa, as comissões organizadoras do Festival Ilha Branca e da Feira Taurina decidiram não arriscar e, por isso, adiar as festividades.

2020 é, de facto, um ano atípico e fica na história, também, como o ano em que quase tudo foi adiado. Até o Espírito Santo.

ENTREVISTA

RODRIGO RODRIGUES,
presidente da Câmara de Comércio
de Angra do Heroísmo

Medidas de apoio impediram colapso dos Açores

A COVID-19 afetou também a saúde das empresas dos Açores. Rodrigo Rodrigues, líder da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, sublinha a importância das medidas de apoio, nacionais e regionais, já implementadas. Não fossem estas ajudas, diz, a economia teria colapsado.



O surto de COVID-19 que está a afetar o mundo - e, naturalmente, também os Açores - começou cedo a ter impactos na economia. Como descreve a situação em que se encontram hoje as empresas das ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa?

As nossas empresas encontram-se numa situação muito complicada, pois tivemos uma paragem repentina e isto nunca tinha acontecido. As medidas de apoio à manutenção do nível de emprego, quer ao nível nacional como regional, foram permitindo que as empresas não fechassem as portas, mas a situação é grave, e carece de muita atenção, e ação, da parte das entidades responsáveis.

Admitindo que há alguma imprevisibilidade na forma como a pandemia pode evoluir, como antevê o futuro destas empresas e, no fundo, da economia dos Açores?

Esperamos que a pandemia esteja de facto sob controlo e que não exista a tal segunda vaga de que tanto se fala. Nesse sentido, penso que vamos ter uma evolução lenta este ano de 2020, para depois em 2021 começarmos a verdadeira retoma económica. Preocupamo-nos com as empresas que nesse espaço de tempo, possam não conseguir aguentar até lá, criando assim desemprego, o que não seria nada positivo em termos económicos e principalmente sociais.

Como avalia as medidas de “desconfinamento” da economia que estão a ser tomadas na Região?

A Região tem agido com muita cautela desde o início, pelo que não seria de esperar outra abordagem quanto às medidas de desconfinamento.

Penso que temos de seguir este caminho, ir abrindo as diferentes atividades económicas, mas sempre com algumas medidas de precaução, pois se tivermos um retrocesso em termos de saúde pública, teremos também um grande retrocesso em termos económicos e isso seria um desastre para as nossas Ilhas.

Qual tem sido o papel da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo no apoio aos empresários que representa?



Desde a primeira hora que a Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo esteve a trabalhar arduamente para informar e esclarecer ao máximo os seus associados e empresários em geral. Fazemos parte de um grupo de trabalho, juntamente com o Governo Regional dos Açores e outras associações da Região, para criar e implementar as várias medidas de apoio às empresas. Fizemo-lo sempre com muitas propostas concretas, quer de novas medidas, quer de melhoramento das medidas implementadas. Temos conseguido algumas melhorias nas medidas e ainda temos esperança de conseguir melhores medidas, com apoios que ajudem as empresas ao nível da sua conta de exploração.

Que balanço faz das medidas que têm sido tomadas ao nível nacional e regional para apoiar estes empresários?

O lay-off nacional foi fundamental para, no curto prazo, conseguirmos aguentar o primeiro impacto. As linhas de crédito, com muitos problemas no acesso, vieram trazer alguma liquidez, o que foi importante para fazermos face às responsabilidades – que vão muito para além dos salários. Ao nível regional temos medidas complementares às medidas nacionais e, por isso, positivas. Todas elas são altamente protetoras dos postos de trabalho, filosofia com a qual nós concordámos desde o início. Quanto aos parâmetros dessas medidas, temos vindo a discordar, propondo sempre alterações no sentido que entendemos ser o mais correto. Algumas já conseguimos, outras ainda não. No geral, sem estas, e eventualmente outras medidas, teríamos um colapso económico e social nunca visto.

ESPAÇO ASSOCIADO

CÁRITAS DA ILHA TERCEIRA

Sempre na linha da frente

Fundada em 1956, como parte integrante da Cáritas dos Açores, a Cáritas da ilha Terceira é uma das primeiras instituições a arregaçar as mangas quando é preciso. Agora, está a ser chamada a lidar, também, com os efeitos da pandemia da COVID-19. Os pedidos de ajuda não cresceram exponencialmente, mas Anabela Borba, presidente, teme que isso possa acontecer.

A Cáritas da ilha Terceira tem uma história longa de apoio social. Está-lhe nos genes e o lema “sempre mais próximo do próximo” é revelador desse papel fundamental na sociedade terceirense. A missão não é simples, mas resume-se assim: analisar e combater a pobreza e a exclusão, através do desenvolvimento humano e da justiça, e prestar ajuda em situações de emergência. Fá-lo sempre e é das primeiras instituições a chegar-se à frente em tempos difíceis.

O sismo de 1980, que atingiu as ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa, foi transformador. Nessa altura, desenvolveu e geriu vários programas de apoio aos mais atingidos, como o Programa de Emergência, o Programa de Apoio à Atividade Económica Familiar, o Programa de Apoio à Autoconstrução, o Programa de Apoio à Construção de Habitação para Idosos dos Meios Rurais e o Programa de Apoio à Construção de Instalações para a Infância e Juventude Desviadas. A partir dessa altura, o papel da instituição consolidou-se e a ideia de que a Cáritas estaria sempre na linha da frente da ajuda social fortaleceu-se.

Os tempos que vivemos podem vir a revelar-se uma dessas épocas tempestuosas, em que vai ser preciso estar atento e ajudar o próximo. A pandemia do novo coronavírus teve consequências imediatas nas empresas e nas famílias, mas isso pode ser apenas a ponta do icebergue – há efeitos na economia, efeitos de longo prazo, que ainda não conhecemos. São esses que Anabela Borba, presidente da Cáritas da ilha Terceira, teme. “Vai ser complexo, nomeadamente nos setores emergentes relacionados com o turismo, como a animação e a restauração. Depois, a um nível geral, podemos vir a deparar-nos com um aumento de impostos. Por enquanto, não temos tido relatos de pessoas que tenham tido dificuldades em fazer face aos seus gastos, mas a situação pode piorar”, considerou.

Nos primeiros dias, quando os primeiros casos de COVID-19 no país começaram a fazer manchete nos jornais, a instituição registou um maior afluxo à Unidade de Atendimen-



to Social. Nessa altura, lançou um programa de apoio alimentar de emergência, através de vales para a compra de bens. Foi preciso, também, reforçar o stock de alimentos, até porque o habitual peditório da Cáritas coincidiu com o decreto do estado de emergência, o que impediu que os voluntários fossem para a rua. Ainda assim, foi possível apoiar 264 famílias. O apoio social é, no fundo, a matriz essencial da Cáritas da Ilha Terceira, mas a instituição está também cada vez mais focada no desenvolvimento e na promoção pessoal. As valências Animação de Rua, Unidade de Formação, Centro de Desenvolvimento e Inclusão juvenil (CDIJ), Unidade de Atendimento a Jovens em Risco e a empresa social de inserção “As Nossas Quintas” são prova disso mesmo. Neste tempo em que o mundo esteve fechado, os

técnicos da instituição puderam prestar apoio à distância, nomeadamente aos jovens sem aulas presenciais.

“É muito importante esta questão do desenvolvimento integral das pessoas e também da corresponsabilidade. É importante dar-lhes ferramentas que as ajudem no seu desenvolvimento. É por isso, igualmente, que estamos voltados para as empresas sociais e para a integração das pessoas com deficiência. Vamos, no fundo, respondendo aos apelos que nos são feitos”, sustentou Anabela Borba.

A GRATER é, de alguma forma, parceira neste caminho. A Cáritas da ilha Terceira é associada e já foi, também, beneficiária dos apoios geridos pela Associação de Desenvolvimento Local. “Também já recorremos à GRATER, por exemplo, para melhorar as nossas instalações. Na verdade, tem sido possível, com esta aproximação, avançar com mais projetos. No fundo, é a questão da corresponsabilidade: todos prestamos mais atenção ao desenvolvimento local, que é também uma missão da Cáritas”, sublinhou.

O impacto destas ajudas é perceptível no médio prazo e essa é a maior gratificação da instituição. As ferramentas de desenvolvimento refletem-se, depois, em desenvolvimento pessoal e local. É para isso este trabalho.



PROJETOS EXEMPLARES

CENTRO COMUNITÁRIO DE SÃO BRÁS

Casas para acolher e prolongar a autonomia

Junto ao lar de idosos de São Brás há agora duas novas casas. São dois apartamentos, espaços seguros, acolhedores e familiares, onde é possível viver com autonomia. Foram inaugurados no final do ano passado e já começam a servir o seu propósito. “Um já está ocupado. Para o outro ainda estamos a aceitar candidaturas”, avança Fausto Dâmaso, presidente da estrutura.

O projeto foi apresentado pela anterior direção do Centro Comunitário. Pretendia-se criar duas residências plurifamiliares, onde os idosos independentes pudessem viver e disfrutar dos serviços disponibilizados ali ao lado, pelo lar. A ideia ganhou forma e está de pé: são dois apartamentos de tipologia T1, com capacidade para albergar duas pessoas por residência, constituídos por uma sala comum

com kitchenette, um quarto e uma instalação sanitária. Como se tratava de um projeto de cariz marcadamente social foi participado a 100% o que resultou numa despesa pública de 74.918,19 euros.

“Há pessoas que não estão dependentes e que não podem ou não querem estar nas suas casas. Estas residências são para elas. Os funcionários do lar estão ali perto e podem ajudar com o que for preciso. Para além disso, há serviços que podemos prestar, como a alimentação, a enfermagem, atividades lúdicas promovidas no centro de dia... A ideia é que quem se candidate possa usufruir de todas essas valências”, explicou o responsável.

É certo que esta resposta é recente e as candidaturas ainda não são abundantes. Há, de resto, uma confusão que o Centro Comuni-



tário de São Brás tem vindo a tentar desfazer. “Há quem procure estas casas por achar que depois terá acesso direto ao lar. Não é assim. Lembramos que as vagas para as estruturas residenciais para idosos são geridas centralmente pela Solidariedade Social e não pelas instituições”, alerta.

Ainda assim, qualquer idoso, autónomo e independente, de São Brás ou de outra freguesia qualquer, pode procurar estas novas residências para ali se instalar e viver com autonomia. Estas casas de acolhimento do idoso estão preparadas para proporcionar vidas felizes.

EMPRESA DE FRANCISCO BORGES

Produzir fresco e bem



A partir das estufas e do armazém, na Praia da Vitória, Francisco Borges distribui os seus produtos hortícolas e frutícolas pelos estabelecimentos comerciais da Terceira, mas também para outras ilhas do arquipélago, sobretudo do Grupo Central. Faz o que gosta, na sua empresa, desde janeiro de 2005. “Eu trabalhava por conta doutrem, sempre na área da agricultura. Nessa altura deixei a fábrica de laticínios e abri o meu negócio”, conta-nos.

E o negócio corre bem – ainda que, agora, com as dificuldades impostas pela pan-

demia. A empresa agrega uma importante carteira de clientes, que vão desde grandes hipermercados, passando pelos restaurantes, pela hotelaria, pelas escolas e pelos consumidores particulares. Trata-os a todos com a mesma importância e, por isso, está em constante procura pela melhoria dos produtos e dos serviços que oferece.

Melhorar as produções e a distribuição significa, naturalmente, investir em equipamento. Foi o que fez, em 2017, quando apresentou à GRATER uma candidatura para a aquisição de uma viatura ligeira de mercadorias, tendo em vista a distribuição e o transporte de mercadorias para transportadores e transitários, e também de um empilhador a gás, para movimentação de cargas. O beneficiário juntou, a esses dois grandes investimentos, a compra de ecopontos para separar o lixo e promover, na sua empresa, boas práticas ambientais.

Tratou-se de um investimento de 55.491,64 euros, participado a 70% – atendendo a que criou um posto de trabalho –, que resultou numa despesa pública de 38.774.15 euros. Um apoio imprescindível, segundo Francisco Borges. “Estas ajudas dão sempre muito jeito, são um bom impulso. Até porque aquilo que não se gasta pode ser canalizado para outros investimentos”, sustenta.

É a visão de um empresário, que promete continuar a trabalhar para estabilizar a sua presença no mercado e criar mais postos de trabalho.



NOTÍCIAS

Grupos de Ação Local preocupados com impactos da COVID-19 nos territórios rurais

Os Grupos de Ação Local do país estão preocupados com os efeitos da pandemia da COVID-19 nos territórios rurais. A preocupação foi partilhada num encontro online, promovido pela Federação Minha Terra, no qual os promotores e gestores de projetos no âmbito dos instrumentos de apoio – nomeadamente a GRATER – puderam partilhar ideias sobre as necessidades que são, já, prospetiváveis.

Nesta reunião, defendeu-se a necessidade de apoiar o escoamento da produção agrícola e de reativar o comércio de proximidade. No entanto, há atividades que estiveram na base da diversificação económica dos territórios rurais, como o turismo (hotelaria, restauração, animação turística), que ficaram suspensas e que podem demorar mais tempo a arrancar.

Segundo os Grupos de Ação Local, as respostas que estão já a surgir são ainda insuficientes, centralizadas e administrativamente complexas pelo que defendem, juntamente com a Federação Minha Terra, que é imprescindível uma intervenção territorializada, de malha fina, que envolva a sociedade civil e que apresente respostas articuladas em rede e de acordo com as necessidades e expectativas de cada território e dos diferentes destinatários. Estes apoios, avançam, não devem ser esquecidos quando for posta em prática a flexibilidade proposta pela Comissão Europeia na gestão dos fundos comunitários.

Deste encontro fica ainda a ideia de que em paralelo com políticas mais massifica-



das e de largo espectro, é essencial lançar uma nova geração de financiamentos que permitam valorizar a experimentação, criar respostas com base em soluções de inovação social para os desafios emergentes, apoiados num forte trabalho de animação territorial em proximidade às comunidades rurais.

Uma preocupação transversal aos diferentes Grupos de Ação Local é a capacidade de os beneficiários conseguirem terminar os seus projetos com os resultados esperados. Neste sentido, defendem, as obrigações contratuais

com os fundos comunitários não podem tornar-se um fardo na gestão e tesouraria destes beneficiários.

De acordo com os participantes neste encontro promovido pela Federação Minha Terra, torna-se, então, imperativo que os procedimentos sejam agilizados, os adiantamentos cheguem à tesouraria das microempresas e que seja permitido reprogramar os investimentos sem penalizações e riscos de devolução de verbas, numa medida de solidariedade, mas também de boa gestão dos apoios públicos.

Parceiros do projeto de cooperação “3G” adiam ações devido à COVID-19

Os parceiros do projeto de cooperação “3 G – Geoturismo, Geoconservação e Geoeducação” discutiram, no passado dia 18 de maio, o adiamento de diversas ações, nomeadamente de reuniões e de visitas técnicas por conta da pandemia de COVID-19.

Passa para 2021, por exemplo, a reunião de parceria no território da ADELIAÇOR – Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores (com intervenção nas ilhas de São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo), bem como a visita técnica ao Geoparque Açores. O projeto de cooperação “3 G – Geoturismo, geoconservação e geoeducação” visa a cooperação entre territórios que partilham características semelhantes, nomeadamente ao nível do seu alto valor natural, paisagístico,



geológico, cultural. São territórios que têm Geoparques (Geoparque Arouca, Geoparque Terras de Cavaleiros, Geoparque Açores, aspiring Geopark Seridó (Brasil), territórios certificados com a Carta Europeia de Turismo Sustentável (Montanhas Mágicas, Parque Natural do Alvão), a Federação EUROPARC, e o GAL Cismeaua Sudului, da Moldávia.

Pretende-se, com este projeto, o desenvolvimento de metodologias e, concretamente, de atividades no âmbito da geoconservação, geoeducação e geoturismo, aqueles que são os três pilares de um território reconhecido como geoparque. A implementação do projeto deverá contribuir, por exemplo, para a dinamização da Rede Europeia de Geoparques e da Rede EUROPARC, para o desenvolvimento de uma estratégia comum para o desenvolvimento sustentável; para a conservação, requalificação e valorização do património natural, rural e histórico-cultural de cada território, para a promoção do geoturismo, para a consolidação das identidades territoriais e das imagens de marca dos diferentes territórios.

NOTÍCIAS

GRATER participa em seminário sobre sistemas alimentares locais

Decorreu, no passado dia 20 de maio, o primeiro webinar da iniciativa “MANIFesta em ação”. Neste encontro, 140 participantes, incluindo a GRATER, discutiram os Sistemas Alimentares Locais, com o objetivo de partilhar ideias para a construção coletiva de potenciais políticas públicas capazes de colmatar os desafios atuais nessa matéria.

O encontro contou com a participação, também, de Artur Cristóvão, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que contextualizou a importância do tema e a evolução histórica do sistema alimentar global, tendo destacado, nomeadamente, a sua insustentabilidade em relação aos impactos ambientais, à redução de biodiversidade, aos impactos sociais e territoriais.

A discussão contou, ainda, com os testemunhos de Alfredo Cunhal Sendim, da Cooperativa de Usuários do Freixo do Meio, que abordou os pressupostos e princípios do Programa CSA - Partilhar as Colheitas, que funciona numa lógica de economia planificada onde produtores e consumidores formam uma comunidade; Artur Gregório e Vânia Martins, da Associação In Loco, que falaram sobre dois projetos centrais na temática da alimentação saudável e consumo de produtos locais e da época, os projetos O Prato Certo e 100% Local; e Sara Moreira que levou a debate a iniciativa AMAP – Associação pela Manutenção da Agricultura de Proximidade enquanto grupo de consumidores que apoia direta-



te pequenos produtores, assegurando o escoamento da produção.

A MANIFesta - Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local é uma iniciativa que decorre na Covilhã. Este ano, o encontro foi adaptado a um conjunto de debates online sobre temas considerados fulcrais para a construção de comunidades justas e sustentáveis. As discussões são abordadas segundo as quatro dimensões de trabalho/reflexão da MANIFesta – Território, Igualdade, Ecologia e Democracia.

Neste sentido, pretende-se identificar e discutir políticas de desenvolvimento territorial, de base local, que contribuam para atenuar assimetrias e contrastes entre os territórios, sobretudo associadas à dicotomia rural-urbano, mas que também promovam a igualdade entre homens e mulheres, o combate à pobreza, à violência e à exclusão, o uso adequado dos recursos e também a qualidade da democracia, através da participação dos cidadãos, da transparência e do escrutínio.

Comissão Europeia propõe 15 mil milhões de euros de reforço para o FEADER

A Comissão Europeia apresentou, no passado dia 27 de maio, uma proposta para um Fundo de Recuperação, com vista à superação da crise provocada pelo novo coronavírus. Entre os 750 mil milhões de euros propostos para este plano, batizado de “Next Generation EU”, estão 15 mil milhões de euros destinados ao desenvolvimento rural, através de um reforço do FEADER.

O reforço do FEADER servirá para ajudar as áreas rurais da União Europeia a realizarem as alterações estruturais necessárias para atingir as metas do Pacto Ecológico Europeu (Green Deal) e a concretizarem os objetivos de proteção da biodiversidade e de promoção de sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis.

A proposta inclui, também, um reforço de 40 mil milhões de euros para o Fundo para



uma Transição Justa, com vista a ajudar os Estado-Membros a realizar a transição para a neutralidade climática e ainda um complemento de 55 mil milhões para a Política de Coesão, através do desenvolvimento da ini-

ciativa “REACT-EU” a distribuir pelos Estados mais afetados pela crise.

Esta proposta terá ainda que ser discutida pelos 27 Estados-membros, em Conselho Europeu.

NOTÍCIAS

Instituições europeias preparam pós-2020

A Comissão Europeia publicou recentemente vários documentos estratégicos para o pós-2020. Em causa está, por exemplo, o Pacto Ecológico Europeu, que constitui uma resposta aos desafios climáticos e ambientais.

Trata-se de uma nova estratégia de crescimento que visa transformar a União Europeia numa sociedade equitativa e próspera, dotada de uma economia moderna, eficiente na utilização dos recursos e competitiva, que, em 2050, tenha zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa e em que o crescimento económico esteja dissociado da utilização dos recursos.

O pacto pretende igualmente proteger, conservar e reforçar o capital natural da União Europeia e proteger a saúde e o bem-estar dos cidadãos contra riscos e impactos relacionados com o ambiente. Uma transição que, segundo a Comissão Europeia, deve ser equitativa e inclusiva.

Ora, outro dos documentos publicados recentemente, a 20 de maio deste ano, foi precisamente a Estratégia do Prado ao Prato – para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente. É uma matéria que está no centro do Pacto Ecológico.

De acordo com aquela instituição europeia, a estratégia trata de forma abrangente os desafios dos sistemas alimentares sustentáveis e reconhece as ligações indissociáveis entre pessoas saudáveis,

sociedades saudáveis e um planeta saudável. Para além disso, o documento é considerado, também, essencial na agenda da Comissão Europeia para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Em causa está uma transição justa para um sistema alimentar sustentável que pode trazer benefícios para o ambiente, a saúde e a sociedade e proporcionar ganhos económicos.

Trata-se de uma preocupação que ganha novos contornos com a pandemia do novo coronavírus. “A pandemia de COVID-19 sublinhou a importância de um sistema alimentar sólido e resiliente que funcione em todas as circunstâncias e seja capaz de garantir um

abastecimento suficiente de alimentos a preços acessíveis para os cidadãos. Também nos tornou mais conscientes das inter-relações entre a nossa saúde, os ecossistemas, as cadeias de abastecimento, os padrões de consumo e os limites do planeta. É evidente que precisamos de fazer muito mais para nos mantermos, a nós e ao planeta, saudáveis. A atual pandemia é apenas um exemplo. A ocorrência cada vez mais frequente de secas, inundações, incêndios florestais e novas pragas é um aviso constante de que o nosso sistema alimentar está ameaçado e deve tornar-se mais sustentável e resiliente”, pode ler-se na estratégia publicada pela Comissão Europeia.

AGENDA

Está publicado o aviso no 43/2020, que decorre até 31 de agosto, para a receção de projetos de investimento à Medida 19 – Apoio ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) LEADER, Submedida 19.2 – Apoio à realização de operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais, Intervenção 6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas, do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2004-2020 (PRORURAL+).

